

Autorização para a constituição de um sistema individual de gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de alguns tipos de baterias e acumuladores industriais, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6/2009 de 6 de Janeiro.

Considerando o Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2009, de 6 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 266/2009, de 29 de Setembro, que estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos;

Considerando a obrigatoriedade estabelecida no n.º1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, de todos os produtores de pilhas e acumuladores submeterem a gestão dos respectivos resíduos a um sistema integrado ou a um sistema individual;

Considerando o Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril;

Considerando o pedido de autorização para gerir um sistema individual de gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de alguns tipos de resíduos de baterias e acumuladores industriais apresentado em Setembro de 2009 pela A.A. SILVA - Imóveis, Comércio e Indústria, S.A. (Baterias AUTOSIL), nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro;

Considerando o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente;

Determina-se, ao abrigo do nº 2 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de Janeiro, o seguinte:

1 - É concedida à A.A. SILVA - Imóveis, Comércio e Indústria, S.A. (Baterias AUTOSIL) a autorização para gerir um sistema individual de gestão de resíduos de baterias e acumuladores, a qual se rege pelas cláusulas constantes no Anexo à presente autorização, da qual faz parte integrante.

2- Até 31 de Maio de 2012, a Agência Portuguesa do Ambiente realizará um balanço da actividade e dos resultados obtidos pela actividade da *titular* no período que termina em 31 de Dezembro de 2011, propondo o Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente a adopção de eventuais medidas consideradas adequadas. Se a Agência Portuguesa do Ambiente considerar necessário poderá, no exercício das suas competências, realizar novo balanço da actividade e dos resultados obtidos pela actividade da *titular* para o período subsequente a 31 de Dezembro de 2011.

3- A presente autorização produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Amadora, 5 de Abril de 2010

O Director-Geral

António Gonçalves Henriques



ANEXO

CLÁUSULA 1ª

Âmbito material

A A.A. SILVA - Imóveis, Comércio e Indústria, S.A. (Baterias AUTOSIL), adiante designada por *titular*, é autorizada, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, a exercer a actividade de gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de resíduos de baterias e acumuladores industriais discriminados no capítulo A do Apêndice, de acordo com as cláusulas constantes da presente autorização e com as condições especiais estabelecidas no Apêndice que dela faz parte integrante.

CLÁUSULA 2ª

Âmbito territorial

1. O âmbito territorial da presente autorização abrange o território de Portugal Continental.
2. A titular diligenciará no sentido de vir a alargar a sua actividade aos territórios das Regiões Autónomas.

CLÁUSULA 3ª

Prazo

1. A presente autorização é concedida até 31 de Dezembro de 2015.
2. A autorização poderá ser prorrogada por períodos de cinco anos, mediante requerimento da *titular* a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente com uma antecedência mínima de seis meses sobre o termo do seu prazo de validade.
3. Quaisquer violações por parte da *titular* às cláusulas da presente autorização, bem como às condições especiais constantes do Apêndice que faz parte integrante da presente autorização, podem determinar a suspensão administrativa da sua eficácia ou a sua revogação, através de despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente.

CLÁUSULA 4ª

Responsabilidade pela gestão de resíduos

A responsabilidade da *titular* pelo destino final dos resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e dos resíduos de baterias e acumuladores industriais discriminados no capítulo A do Apêndice que faz parte integrante da presente autorização, adiante designados por resíduos de baterias e acumuladores, só cessa mediante assunção dessa responsabilidade por parte da empresa ou entidade devidamente licenciada para o efeito, à qual os resíduos em questão forem entregues.

CLÁUSULA 5ª

Custos a suportar pela titular

A *titular* é responsável pelo financiamento do sistema individual de gestão, devendo assumir todos os custos inerentes ao seu funcionamento.

CLÁUSULA 6ª

Constituição da rede de pontos de recolha

1 – A titular deve apresentar ao Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Agosto de 2010, o projecto de reforço da rede nacional de recolha de resíduos de baterias e acumuladores industriais e de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis no âmbito da presente autorização e nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

2 - Os pontos de recolha selectiva necessários para garantir uma adequada cobertura territorial devem estar constituídos até 31 de Dezembro de 2011. A respectiva distribuição geográfica deve ter em conta os critérios estabelecidos no ponto 4 do Apêndice que faz parte integrante da presente autorização.

CLÁUSULA 7ª

Valor de mercado dos resíduos

1. Entende-se existir valor de mercado negativo ou nulo de uma bateria ou acumulador usado quando a diferença entre os custos com a recepção, o transporte a partir do ponto de recolha e o tratamento for superior ou igual ao valor dos seus materiais e componentes.
2. No caso de uma bateria ou acumulador usado incluído no âmbito desta autorização apresentar valor de mercado negativo ou nulo, os custos associados à sua gestão devem ser suportados pela *titular*.

CLÁUSULA 8ª

Acompanhamento e fiscalização

1. A Agência Portuguesa do Ambiente é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, pela *titular*, das actividades inerentes à presente autorização sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a outras entidades.
2. No exercício da função de acompanhamento referida no número anterior, o Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente pode emitir orientações relativas ao cumprimento das obrigações e dos objectivos a que se encontra adstrita a *titular*.

CLÁUSULA 9ª

Relatório anual de actividades

Para além das obrigações de informação estabelecidas nas condições especiais constantes do Apêndice, a *titular* fica obrigada a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Março do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório anual de actividades, evidenciando as acções executadas e respectivos resultados.

CLÁUSULA 10ª

Alteração da autorização

As cláusulas da presente autorização, bem como as condições especiais constantes do Apêndice, que dela faz parte integrante, podem ser objecto de alteração mediante proposta devidamente fundamentada da *titular* ou por iniciativa do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, sempre que se verifiquem alterações das circunstâncias que estiveram subjacentes à sua concessão.

CLÁUSULA 12ª

Registo de produtor

De acordo com o n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, é obrigação da *titular* proceder ao registo como produtor de baterias e acumuladores, junto de uma entidade de registo licenciada para o efeito, e remeter à Agência Portuguesa do Ambiente comprovativo da respectiva inscrição, após 30 dias da entrada em vigor desta autorização.

CLÁUSULA 11ª

Taxa de gestão de resíduos

1. A *titular* está sujeita ao pagamento da taxa de gestão de resíduos (TGR) prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 58º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 121º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.
2. A aplicação desta taxa tem como base de incidência a quantidade anual (em peso) de resíduos de baterias e acumuladores, incluídos no âmbito da presente autorização, que constitui o objectivo de gestão estabelecido no n.º 2.1 do capítulo B do Apêndice, sendo alvo de aplicação da TGR os desvios ao objectivo de gestão anual de recolha que constituam um incumprimento do mesmo.

Apêndice

Condições especiais da autorização concedida à A.A. SILVA - Imóveis, Comércio e Indústria, S.A. (Baterias AUTOSIL)

Introdução

O presente Apêndice faz parte integrante da autorização concedida à A.A. SILVA - Imóveis, Comércio e Indústria, S.A. (Baterias AUTOSIL), e engloba as seguintes matérias:

- A - Baterias e acumuladores usados abrangidos;
- B - Objectivos de gestão;
- C - Condições de articulação da *titular* com os outros intervenientes no sistema individual;
- D - Sensibilização e informação;
- E - Acompanhamento da actividade.

9

A. Baterias e acumuladores usados abrangidos

1. A *titular* obriga-se a incluir no sistema individual por cuja gestão é responsável, todas as baterias e acumuladores a seguir identificados:
 - a) Baterias e acumuladores de chumbo ácido para veículos automóveis, que sejam utilizados para fornecer energia ao motor de arranque, para as luzes e para a ignição (baterias SLI);
 - b) Baterias ou acumuladores de chumbo ácido industriais.

B. Objectivos de gestão.

2. Os objectivos de gestão de resíduos de baterias e acumuladores industriais e de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis incluídos no âmbito da presente autorização são os seguintes:
 - 2.1. Assegurar uma taxa de recolha, em peso, de resíduos de baterias e acumuladores de, pelo menos, 80 % em 2010, 82% em 2011, 85% em 2012, 90% em 2013, 92% em 2014 e 95% em 2015, sendo que no âmbito da presente autorização o universo de recolha é indexado às quantidades de baterias e acumuladores colocados no mercado pela A.A. SILVA - Imóveis, Comércio e Indústria, S.A.
 - 2.2. A *titular* deve garantir que até 26 de Setembro de 2011 os operadores que integram a sua rede atinjam o seguinte rendimento mínimo:
 - 2.2.1. Reciclagem de 65%, em peso, das baterias e acumuladores de chumbo-ácido, incluindo a reciclagem do mais elevado teor possível de chumbo que seja tecnicamente viável, evitando simultaneamente custos excessivos.

- 2.2.2. Os critérios para cálculo da eficiência da reciclagem devem ser conformes com o que vier a ser definido no âmbito da legislação comunitária.
3. Os objectivos acima referidos devem ser revistos sempre que necessário, com base em razões tecnológicas, de mercado ou em resultado da evolução das disposições de direito interno ou comunitário.

C. Condições de articulação da *titular* com os outros intervenientes no sistema individual.

4. Relação da titular com os pontos de recolha de resíduos de baterias e acumuladores
- 4.1. A *titular* deve fomentar a constituição de uma rede de recolha de resíduos de baterias e acumuladores, incluídos no âmbito desta autorização, que assegure a cobertura de todo o território nacional, tendo em conta critérios de densidade populacional e de acessibilidade, nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.
- 4.2. A *titular* deve constituir uma rede de pontos de recolha selectiva de resíduos de baterias e acumuladores industriais e de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis, nos termos dos n.º 1 e 2 e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, respectivamente, devendo para o efeito, explorar as sinergias existentes com os seus clientes revendedores/distribuidores e com os seus clientes utilizadores finais deste tipo de baterias.
- 4.3. A organização da rede de pontos de recolha selectiva de resíduos de baterias e acumuladores, incluídos no âmbito desta autorização, deve assentar numa estrutura com os seguintes pressupostos:
- 4.3.1. A rede de recolha será constituída por pontos de recolha secundários, pontos de recolha primários e por um ponto de recolha final.

4.3.2. Os pontos de recolha secundários são constituídos por locais de venda e instalação de baterias e acumuladores, sendo os pontos de recolha primários as instalações próprias da *titular* e ou concessionários exclusivos afectos unicamente à venda de baterias e acumuladores. Os pontos de recolha primários constituem ainda, pela sua capacidade e condições de recolha, os pontos de centralização regional dos resíduos objecto da presente autorização. O ponto de recolha final corresponde ao estabelecimento sede da *titular*, onde é efectuada a agregação da recolha efectuada nos outros pontos de recolha.

4.3.3. Deve existir pelo menos um ponto de recolha por cada 50 000 veículos automóveis matriculados em cada circunscrição territorial distrital. Assim, o número mínimo de pontos de recolha que constituem a rede deve ser o constante da tabela nº1.

Tabela n.º1 – Número mínimo de pontos de recolha da responsabilidade da titular

Distrito	Número de pontos de recolha	Distrito	Número de pontos de recolha
Aveiro	8	Leiria	6
Beja	2	Lisboa	25
Braga	9	Portalegre	1
Bragança	2	Porto	18
Castelo Branco	2	Santarém	5
Coimbra	5	Setúbal	8
Évora	2	Viana do Castelo	3
Faro	5	Vila Real	2
Guarda	2	Viseu	4

4.3.4. O número de pontos de recolha adequado poderá ser actualizado em face da informação recolhida através do funcionamento do sistema individual e das perspectivas de cumprimento dos objectivos fixados no ponto 2.1 da parte B do presente Apêndice, mediante proposta devidamente fundamentada e notificada à Agência

Portuguesa do Ambiente, que se pronunciará no prazo máximo de 30 dias úteis.

- 4.4. Os resíduos de baterias e acumuladores recolhidos selectivamente devem ser acondicionados em recipientes estanques, com uma composição que não reaja com os componentes dos referidos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima.
- 4.5. Os pontos de recolha primários e o ponto de recolha final ficam abrangidos pelo regime de licenciamento simplificado, conforme disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei 178/2006, de 5 de Setembro.
- 4.6. A titular deve acordar, formalmente, com os diversos pontos de recolha o estabelecimento dos termos quantitativos e qualitativos da intervenção do operador no circuito, especificando as responsabilidades por estes assumidas e as condições de recolha dos resíduos de baterias e acumuladores.

5. Relação da titular com os operadores de gestão de resíduos

- 5.1. O modelo de gestão a adoptar deverá assentar nas regras de mercado e de livre concorrência, ou seja, o relacionamento entre a *titular* e os operadores de gestão de resíduos deverá garantir o cumprimento dos objectivos gerais de valorização de resíduos de baterias e acumuladores, abrangidos pelo sistema, dentro das normais regras de funcionamento do livre mercado.
- 5.2. Os processos de reciclagem de resíduos de baterias e acumuladores, objecto da presente autorização, devem cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, e demais legislação aplicável, devendo ainda os operadores assegurar que a extracção de todos os fluidos e ácidos é realizada em instalações, incluindo as de armazenagem temporária, com superfícies e coberturas impermeáveis adequadas ou em contentores adequados.

5.3. A *titular* deve assegurar que os operadores de gestão de resíduos estão devidamente licenciados para o transporte e reciclagem dos resíduos de baterias e acumuladores, incluídos no âmbito desta licença, de forma a dar cumprimento quer aos requisitos definidos no número anterior quer ao rendimento estabelecido no n.º 2.2 do capítulo B do presente apêndice.

5.4. As relações entre a titular e os operadores de gestão de resíduos devem ser objecto de contratos, estabelecendo os termos quantitativos e qualitativos da intervenção do operador no circuito, incluindo as obrigações de divulgação de informação, que cabem à *titular*, sobre as melhores técnicas de tratamento dos resíduos de baterias e acumuladores, de forma a promover a eficiência técnica do sistema individual.

D. Sensibilização e Informação

6. A *titular* deve realizar campanhas de sensibilização, dirigidas a todos os intervenientes na problemática da gestão de resíduos de baterias e acumuladores industriais e de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis, sobre as medidas a adoptar em termos de gestão deste tipo de resíduos.

7. As campanhas referidas no número anterior devem ser direccionadas ao público alvo e incluir, pelo menos, a seguinte informação:

7.1. A obrigação de não depositar resíduos de baterias e acumuladores como resíduos urbanos indiferenciados, contribuindo para a recolha selectiva.

7.2. Os pontos de recolha para deposição voluntária.

7.3. As funções da entidade gestora do sistema individual no âmbito da gestão de resíduos de baterias e acumuladores.

8. A execução das campanhas referidas no n.º 9 obedecerá à elaboração pela *titular* de um plano de acções de sensibilização que privilegie a participação de todos os

intervenientes no ciclo de vida das baterias e acumuladores industriais e das baterias e acumuladores para veículos automóveis que deverá submeter à Agência Portuguesa do Ambiente quando do cumprimento da obrigação prevista no ponto 9.1 da secção E deste Apêndice.

E. Acompanhamento da actividade

9. Obrigações genéricas da *titular*

9.1. A *titular* apresenta à Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Março do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório correspondente às suas actividades anuais.

9.1.1 O relatório deverá incluir, pelo menos, uma descrição pormenorizada dos seguintes aspectos:

- a) Situação da empresa, designadamente, no que respeita à sua estrutura accionista e balanço social;
- b) Identificação dos pontos de recolha primários e secundários, bem como dos operadores de transporte e de tratamento de resíduos de baterias e acumuladores que constituem a rede da *titular*;
- c) Características e quantidades de baterias e acumuladores colocados pela *titular* em território nacional;
- d) Fluxo de resíduos de baterias e acumuladores de acordo com a rede definida no n.º 4.3 do presente Apêndice.
- e) Fluxo de materiais resultantes do tratamento, evidenciando o cumprimento dos rendimentos de reciclagem;
- f) O montante despendido na rubrica de Sensibilização e Informação
- h) Descrição dos programas relativos à vertente Sensibilização e Informação realizados no ano em questão.

9.1.2. O relatório deverá igualmente conter um programa plurianual de objectivos, anualmente revisto, se necessário, bem como uma avaliação da actividade da *titular*, em função dos objectivos propostos, com incidência sobre os seguintes aspectos:

- a) Progresso da actividade realizada em relação aos objectivos propostos e às acções inseridas no programa proposto no ano anterior;
- b) Soluções técnicas e programas postos em prática, em relação a soluções de valorização e à comunicação.

9.1.3. A Agência Portuguesa do Ambiente emite parecer sobre o relatório até dia 31 de Maio seguinte à sua entrega. Tal parecer deve avaliar o cumprimento dos objectivos a que a *titular* se encontra adstrita. Tendo em atenção o conteúdo do parecer, o Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente aprova o relatório, podendo formular orientações e recomendações a que a *titular* deverá dar cumprimento na sua actividade futura.

9.1.4. O relatório, uma vez apreciado, torna-se público, devendo ser divulgado pela *titular* sem restrições.

9.2. Com início seis meses após a entrada em vigor da presente autorização a *titular* deve disponibilizar à Agência Portuguesa do Ambiente o sistema de indicadores de desempenho, actualizado trimestralmente, até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reportam.

10. Obrigações específicas de informação:

10.1. A *titular* deve remeter à Agência Portuguesa do Ambiente, cópia da minuta dos acordos celebrados com os pontos de recolha e operadores de transporte e de tratamento, bem como a lista das entidades com quem se celebrou esses acordos quando da disponibilização trimestral dos indicadores de desempenho. Quando tal não resulte do texto do acordo, as cópias dos mesmos devem ser acompanhadas dos procedimentos de articulação entre a actividade da *titular* e as

actividades dos pontos de recolha, operadores de transporte e de tratamento.

10.2. Complementarmente, a *titular* deverá providenciar junto da Agência Portuguesa do Ambiente a sua inscrição e registo no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos da legislação em vigor.

11. As presentes condições especiais não prejudicam nem substituem quaisquer obrigações ou vinculações da *titular* decorrentes da lei.

